

Estado de Minas

28/08/2009

Exemplo no Paraíba – A cobrança pelo uso das águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul rendeu aos cofres da Agência Nacional de Águas (ANA) R\$ 40,9 milhões em cinco anos.

Ricardo Beghini

Juiz de Fora

Em 2008, foram R\$ 8 milhões, dos quais 7,5% ficam retidos para gestão das águas, incluindo pesquisa e custeio. O restante retorna em forma de investimentos na própria bacia, em ações de recuperação e proteção ambiental. Os usuários mineiros (o rio passa por Minas, São Paulo e Rio de Janeiro) contribuíram com R\$ 1,2 milhão. A cobrança é articulada pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), criado em 1996, e que reúne representantes de usuários (companhias de abastecimento e saneamento, indústrias, hidrelétricas e os setores agrícola, de pesca, turismo e lazer), poder público e organizações civis.

Os usuários pagam valores diferenciados pelo uso: R\$ 0,01 por metro cúbico (captação de água bruta), R\$ 0,02 por metro cúbico (consumo de água bruta) e R\$ 0,07 por quilo (lançamento de carga orgânica no rio). “Pagar pelo uso da água é justo. O dinheiro eventualmente retorna para a companhia, beneficiando todos que estão na bacia”, ressalta André Borges de Souza, presidente da Companhia de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente de Juiz de Fora (Cesama).

Na semana passada, a Cesama teve dois projetos aprovados. Um deles, no valor de R\$ 272 mil, será investido na implantação de três coletores de esgoto na Zona Norte da cidade. Outros 12 municípios mineiros que integram as sub-bacias dos rios Paraibuna, Pomba e Muriáe também foram beneficiados. “A cobrança induz o uso racional da água”, salienta Paulo Afonso Valverde Júnior, assessor de gestão ambiental da Cesama e representante da companhia no CEIVAP.

TRANSPOSIÇÃO Embora a cobrança esteja institucionalizada na bacia hidrográfica, questões polêmicas vão nortear o futuro da CEIVAP. Um dos temas embaraçosos é a transposição parcial das águas do Paraíba do Sul como alternativa para subsidiar o abastecimento de 180 municípios da Grande São Paulo, Campinas e Baixada Santista. Estima-se que a capacidade hídrica dessa região se esgote em 25 anos.

É provável que a situação promova um embate, principalmente, entre paulistas e fluminenses. Esses últimos fizeram a transposição do Paraíba do Sul na década de 1950. Cerca de dois terços da água são desviados para o Rio Guandu, que abastece a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A Companhia de água e esgotos (Cedae) do estado ainda não paga por essa utilização histórica. O precedente pode ser usado pelos paulistas numa eventual transposição. “Vai ser mais um tema polêmico, que deve ser tratado no comitê, ouvindo os três estados para se obter uma decisão em conjunto”, ponderou Paulo Afonso.